

CONGLOMERADO PRUDENCIAL SCOTIABANK BRASIL

Demonstrações Financeiras em

30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	4
Balanços Patrimoniais	8
Demonstração dos resultados.....	10
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Scotiabank Brasil do semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

DESEMPENHO DO SEMESTRE

O Conglomerado Scotiabank Brasil encerrou o 1º semestre de 2021 com um lucro líquido de R\$ 75.124, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 12,68%. Apresentou índice de Basiléia de 14,65% e Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 662.947.

Desde o início da pandemia, o Grupo está em plena capacidade operacional e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Grupo continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

Com o objetivo principal de complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, em 6 de novembro de 2020 foi constituída a Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e até 30 de junho de 2021, não havia iniciado suas atividades operacionais. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que em conjunto formam o Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil (“Grupo Scotiabank Brasil”).

OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Grupo declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

AGRADECIMENTOS

O Grupo Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Scotiabank Brasil S.A Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 3.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Scotiabank Brasil S.A Banco Múltiplo em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 3 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 3 que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos, e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e da empresa consolidada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e a entidade incluída no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e da entidade incluída no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e da Corretora incluída no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e da Corretora incluída no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e a Corretora incluída no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Mark Suda Yamashita

Contador CRC SP – 1SP271754/O-9

Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil
Balanços Patrimoniais em
30 de junho de 2021
 (Em milhares de reais)



Ativo	Nota	Jun/2021⁽¹⁾
Disponibilidades	4	28.470
Ativos financeiros		10.489.151
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.696.792
Títulos e valores mobiliários	6	844.712
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.084.606
Operações de crédito	9a	1.387.716
Operações de câmbio	10	1.146.022
Outros ativos financeiros	11a	329.303
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(151.981)
Títulos e valores mobiliários	6c	(445)
Operações de crédito	9c/d	(1.029)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(150.507)
Créditos tributários	19b/c	102.856
Investimentos		6
Outros investimentos		6
Imobilizado de uso		9.267
Imóveis de uso		900
Outras imobilizações de uso		21.083
Depreciações acumuladas		(12.716)
Intangível		3.444
Ativos intangíveis		4.445
Amortizações acumuladas		(1.001)
Outros ativos	11b	11.211
Total do ativo		10.492.424

(1) O resultado apresentado para Corretora corresponde ao período de 11 de fevereiro de 2021 a 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil
Balancos Patrimoniais em
30 de junho de 2021
 (Em milhares de reais)



Passivo	Nota	Jun/2021
Passivos financeiros		9.132.438
Depósitos	12	592.423
Captações no mercado aberto	13	757.381
Obrigações por empréstimos	14	3.732.185
Obrigações por repasses	15, 24a	991.892
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.516.261
Operações de câmbio	10	498.203
Outros passivos financeiros	16a	44.093
Obrigações fiscais diferidas	19b	35.545
Provisões para contingências	17d	28.888
Outros passivos	16b	78.041
Patrimônio líquido		1.217.512
Capital social	18	796.879
Reservas de capital		3.756
Reservas de lucros	18	347.384
Outros resultados abrangentes		(1.875)
Lucros acumulados		71.368
Total do passivo		10.492.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil
Demonstração dos Resultados
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)



	Nota	Jun/2021
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		184.076
Operações de crédito	9f	(34.663)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		111.886
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	78.616
Resultado em operações de câmbio		29.553
Operações de captação no mercado aberto		(20.112)
Operações de empréstimos e repasses		18.796
Resultado da intermediação financeira		184.076
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		4.999
Títulos e valores mobiliários		(1)
Operações de crédito	9d	(198)
Outros créditos com características de concessão de crédito	9d	5.198
Resultado bruto da intermediação financeira		189.075
Outras receitas/(despesas) operacionais		(54.887)
Receitas de prestação de serviços		8.652
Despesas de pessoal		(41.894)
Outras despesas administrativas		(12.985)
Despesas tributárias		(5.796)
Outras receitas operacionais	24b	776
Outras despesas operacionais	24b	(3.640)
Reversões/(despesas) de provisões para contingências		(351)
Trabalhistas		(45)
Fiscais		(306)
Resultado operacional		133.837
Resultado não operacional		-
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		133.837
Imposto de renda e contribuição social	19a	(58.713)
Provisão para imposto de renda		(31.931)
Provisão para contribuição social		(26.030)
Ativo fiscal diferido		(752)
Lucro líquido do semestre		75.124
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		17,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil
Demonstração do Resultado Abrangente
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)



	Nota	Jun/2021
Lucro líquido do semestre		75.124
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Varição no valor mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		(9.529)
Títulos e valores mobiliários		(17.326)
Efeito fiscal	19b	7.797
Resultado abrangente		65.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
30 de junho de 2021
 (Em milhares de reais)



	Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados	Lucros	Total
	Social	Legal	Estatutárias	Abrangentes	Acumulados	Controladores
Saldo no início do período	796.879	30.942	316.442	7.654	-	1.151.917
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(9.529)	-	(9.529)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	75.124	75.124
Constituição de reserva legal	-	3.756	-	-	(3.756)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	796.879	34.698	316.442	(1.875)	71.368	1.217.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil
Demonstração dos Fluxos de Caixa
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)



	Nota	Jun/2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado		98.013
Lucro líquido do semestre		75.124
Ajustes ao lucro líquido		22.889
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(4.999)
Depreciações e amortizações		608
Impostos diferidos	19a, 19b	26.920
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	17d	360
Variação de ativos e obrigações		(1.641.543)
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(509.656)
Redução/(aumento) em títulos e valores mobiliários		(287.193)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		(2.093.174)
Redução/(aumento) em operações de crédito		238.128
Redução/(aumento) em operações de câmbio	10	(101.363)
Redução/(aumento) em outros ativos financeiros	11a	(287.998)
(Aumento)/redução em outros ativos	11b	17.470
Aumento/(redução) em depósitos	12	425.602
Aumento em captações no mercado aberto	13	(179.924)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	14,15	1.278.682
Aumento/(redução) em outros passivos financeiros	16a	(42.177)
Aumento/(redução) em outros passivos	16b	(99.940)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(1.543.530)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso		(2.859)
Aplicações do intangível		(1.027)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(3.886)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(1.547.416)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		2.594.138
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	1.046.722
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(1.547.416)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil (“Conglomerado Prudencial” ou “Conglomerado”) é composto pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) e por sua subsidiária integral Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”), ambos localizados na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo – Brasil.

O Banco é a instituição líder do Conglomerado Prudencial, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia (“BNS”) e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

A Corretora foi constituída em 6 de novembro de 2020 e até 30 de junho de 2021 não havia iniciado suas atividades operacionais. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021 e tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, através da intermediação as operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, para clientes institucionais estrangeiros que investem no país.

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e é controlada pelo The Bank of Nova Scotia (“BNS”).

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado, para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução CMN nº 4.280/2013 determina que na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

- Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 25 de agosto de 2021.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional das empresas do Conglomerado.

b) Consolidação

Conforme disposto no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país sobre as quais a instituição líder do conglomerado, o Banco, detém controle direto ou indireto.

Os saldos das contas patrimoniais e transações entre as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas advindas de operações entre entidades, são eliminados no processo de consolidação.

c) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

Para fins de melhor apresentação, é efetuada a reclassificação da variação cambial das contas “Outras receitas/despesas operacionais” diretamente para as respectivas contas “Receitas/despesas da intermediação financeira” na demonstração de resultado.

d) Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

e) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

f) Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: “Títulos para negociação”, relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e “Títulos mantidos até o vencimento”, os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3h. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

g) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

h) Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

i) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

j) Operações de câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

k) Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Grupo ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Grupo ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
- **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 30 de junho de 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*.

m) Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias.

n) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Emenda Constitucional nº 103.

Nos termos da Lei 14.183/2021, a alíquota de CSLL será majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Com base na Resolução CMN nº 4.842 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Grupo, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c).

Em função da alteração de alíquota de CSLL, introduzida pela Lei 14.183/2021, os créditos tributários diferidos e o passivo fiscal diferido de contribuição social, cuja expectativa de realização se darão no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021, foram calculados à alíquota de 25%.

p) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O Grupo segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21).

s) Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que revoga a Resolução CMN 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

t) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 25d.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Jun/2021
Disponibilidades	28.470
Moeda nacional	525
Moeda estrangeira	27.945
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.018.252
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	866.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	151.254
Total	1.046.722

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Jun/2021				Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Aplicações no mercado aberto	-	2.769.746	2.173.958	399.999	5.343.703
Posição vendida – LTN	-	2.769.746	2.173.958	399.999	5.343.703
Aplicações em depósitos interfinanceiros	251.834	-	101.255	-	353.089
Depósitos interfinanceiros	251.834	-	101.255	-	353.089
Total	251.834	2.769.746	2.275.213	399.999	5.696.792

6. Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

a) Títulos para negociação

	Jun/2021			Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Carteira própria					
LTN	500	711	178	1.389	1.384
NTN	-	-	14.444	14.444	14.796
Total	500	711	14.622	15.833	16.180

b) Títulos disponíveis para venda

	Jun/2021				Valor de mercado/ Contábil	Custo atualizado
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Carteira própria						
LTN	-	216.963	58.073	37.517	312.553	312.508
Subtotal	-	216.963	58.073	37.517	312.553	312.508
Vinculados a prestação de garantias⁽ⁱ⁾						
LTN	-	-	47.735	293.088	340.823	344.278
Cotas de fundo de investimento	36.456	-	-	-	36.456	36.456
Subtotal	36.456	-	47.735	293.088	377.279	380.734
Total	36.456	216.963	105.808	330.605	689.832	693.242

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

c) Títulos mantidos até o vencimento

	Jun/2021					Valor de mercado
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado/Contábil	
Carteira própria						
Debêntures ⁽ⁱ⁾	1.340	1.348	5.939	130.420	139.047	152.072
Total	1.340	1.348	5.939	130.420	139.047	152.072

(i) No primeiro semestre de 2021 foi constituída provisão no montante de R\$ 1 de um total de 445 em função do risco de crédito.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a) Contratos futuros

	Jun/2021	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	30.258.548	287.252
DI	1.256.474	(734)
DDI	25.354.287	244.665
Dólar	3.647.787	43.321
Posição vendida	3.367.055	(41.795)
DI	64.886	146
DDI	3.302.169	(41.941)

Em 30 de junho de 2021, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outros passivos financeiros" no passivo circulante, o montante de R\$ 32, referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Operações de swap e operações a termo

Por indexador	Jun/2021		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Swap			
Valores a receber	10.888.292	948.875	1.056.428
CDI x Dólar	10.639.807	928.801	1.036.208
CDI x Euro	232.000	20.112	20.137
Dólar x CDI	16.485	(38)	83
Valores a pagar	9.067.161	(2.056.233)	(2.493.818)
CDI x Dólar	9.067.161	(2.056.233)	(2.493.818)
Termo de moedas - NDF			
Valores a receber	501.625	33.630	28.178
Posição comprada	501.625	33.630	28.178
Valores a pagar	295.226	(26.099)	(22.443)
Posição comprada	295.226	(26.099)	(22.443)
Total	20.752.304	(1.099.827)	(1.431.655)

Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	Jun/2021				Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Futuros ⁽ⁱ⁾	10.989.667	3.529.904	2.006.324	17.099.708	33.625.603
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	916.805	2.208.125	2.092.860	14.737.663	19.955.453
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	376.005	275.233	101.236	44.377	796.851
Total	12.282.477	6.013.262	4.200.420	31.881.748	54.377.907

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

c) Segregação entre circulante e não circulante

O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	Jun/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total
Ativo			
Swap	252.339	804.089	1.056.428
Termo de moedas - NDF	28.232	(54)	28.178
Total	280.571	804.035	1.084.606
Passivo			
Swap	(468.722)	(2.025.096)	(2.493.818)
Termo de moedas - NDF	(17.350)	(5.093)	(22.443)
Total	(486.072)	(2.030.189)	(2.516.261)

d) Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, no semestre findo em 30 de junho de 2021, estão assim compostos:

	<u>Jun/2021</u>
Futuros	(1.224.608)
Swap	1.324.680
Termo de moedas - NDF	(21.456)
Total	<u>78.616</u>

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos

Administração de Risco Operacional

O Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo.

A estrutura de risco operacional no Grupo também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo e do BNS.

Administração de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193.

Administração de Risco de Crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Grupo.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de capital

O Grupo está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Grupo por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>.

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo

dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.748.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

- **Risco de Mercado**

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Circular nº 3.354, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária.

A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Hold to Maturity*) e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

Afim de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Grupo realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de Sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de Negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	246	(246)
Exposição ao Cupom Cambial	(827)	827

Total	(581)	581
-------	-------	-----

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	(9.275)	9.275
Exposição ao Cupom Cambial	(2.100)	2.100
Total	(11.375)	11.375

Análise de Sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Grupo. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I): Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (II): Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (III): Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de Negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(25)	(500)	(751)
Exposição ao Cupom Cambial	(83)	(26)	(39)
Total	(108)	(526)	(790)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(3.312)	(6.624)	(9.936)

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(928)	(13.459)	(20.189)
Exposição ao Cupom Cambial	(210)	(92)	(139)
Total	(1.138)	(13.551)	(20.328)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(3.312)	(6.624)	(9.936)

Na análise realizada, as operações da Carteira Bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Grupo, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido da organização.

No caso da Carteira de Negociação, as exposições representam impactos no resultado do Grupo devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	Jun/2021					Total
	Vencidas		A vencer			
	Acima de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Setor Privado						
Cédula de crédito bancário (CCB)	-	130.573	-	-	265.251	395.824
Indústria	-	26.953	-	-	105.058	132.011
Outros serviços - PJ	-	103.620	-	-	160.193	263.813
Nota de crédito à exportação (NCE) (nota 24a)	-	249.112	494.750	248.030	-	991.892
Indústria	-	249.112	494.750	248.030	-	991.892
Total CCB e NCE	-	379.685	494.750	248.030	265.251	1.387.716
CCL Exportação com ACC – (nota 10)	122.111	104.844	253.723	-	-	480.678
Indústria	122.111	52.544	43.403	-	-	218.058
Comércio	-	52.300	-	-	-	52.300
Outros serviços – PJ	-	-	210.320	-	-	210.320
Rendas a receber de ACC – (nota 10)	3.873	1.270	549	-	-	5.692
Indústria	3.873	1.135	423	-	-	5.431
Comércio	-	135	-	-	-	135
Outros serviços - PJ	-	-	126	-	-	126
CCL Exportação com ACE – (nota 10)	-	150.485	31.359	-	-	181.844
Indústria	-	150.485	31.359	-	-	181.844
Variação cambial CCL Exportação com ACC/ACE (i)	23.136	(19.304)	(14.996)	-	-	(11.164)
Indústria	23.136	(17.021)	(4.740)	-	-	1.375
Comércio	-	(2.283)	-	-	-	(2.283)
Outros serviços – PJ	-	-	(10.256)	-	-	(10.256)
Total ACC e ACE	149.120	237.295	270.635	-	-	657.050
Total da carteira de crédito	149.120	616.980	765.385	248.030	265.251	2.044.766

- (i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de Câmbio Comprado a Liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2021 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b) Concentração das operações de crédito

	<u>Jun/2021</u>
Principal devedor – (nota 24a)	991.862
Percentual sobre o total da carteira de crédito	48,5%
20 maiores devedores	2.044.766
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

<u>Jun/2021</u>					
Nível de Risco	% mínimo de provisionamento requerido	Total da Carteira	Provisão mínima	Provisão Adicional ⁽ⁱ⁾	Provisão Total
AA	0,0%	1.895.646	-	(2.416)	(2.416)
H	100,0%	149.120	(149.120)	-	(149.120)
Total		2.044.766	(149.120)	(2.416)	(151.536)

(i) Provisão adicional aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>Jun/2021</u>
Saldos no início do semestre	(156.536)
Constituição de provisão	(261)
Reversão de provisão	5.261
Saldos no final do semestre	(151.536)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de créditos renegociados em 30 de junho de 2021 representa R\$ 274.139.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

f) Resultado de operações de crédito

	<u>Jun/2021</u>
Rendas/(despesas) de financiamentos à exportação	(42.382)
Rendas de empréstimos	7.719
Total	(34.663)

10. Operações de Câmbio

	<u>Jun/2021</u>
Ativo circulante	
Câmbio comprado a liquidar	892.897
Direitos sobre vendas de câmbio	247.433
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – (nota 9a)	5.692
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-
Total	1.146.022

Passivo circulante

Obrigações por compra de câmbio	920.455
Câmbio vendido a liquidar	240.270
Adiantamentos sobre contrato de câmbio – (nota 9a)	(662.522)
Total	498.203

11. Outros Ativos

a) Composição de outros ativos financeiros

	<u>Jun/2021</u>
Ativo circulante	
Negociação e intermediação de valores	289.518
Outros	1
Subtotal	289.519
Ativo não circulante	
Devedores por depósitos em garantia – (nota 17d)	39.784
Subtotal	39.784
Total	329.303

b) Composição de outros ativos

	<u>Jun/2021</u>
Ativo circulante	
Impostos e contribuições a compensar	6.695
Valores a receber sociedades ligadas	1.640
Outros valores e bens	1.196
Adiantamentos e antecipações salariais	1.317
Pagamentos a ressarcir	11
Subtotal	10.859
Ativo não circulante	
Outros valores e bens	256
Impostos e contribuições a compensar	96
Subtotal	352
Total	11.211

12. Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total
Depósitos à vista	116	-	-	-	116
Depósitos interfinanceiros	-	19.063	-	-	19.063
Depósitos a prazo	-	38.660	1.162	533.422	573.244
Total	116	57.723	1.162	533.422	592.423

Em 30 de junho de 2021 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 98,6% do DI.

13. Captações no Mercado Aberto

Em 30 de junho de 2021, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 757.381, com vencimentos até setembro de 2021 e taxa de 2,4% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

14. Obrigações por Empréstimos

As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 3.732.185 estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos à exportação, com vencimentos até dezembro de 2021. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,10% a 0,17% ao ano.

15. Obrigações por Repasses

As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 991.892 – nota 24a, estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até março de 2022. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 1,13% a 2,28% ao ano.

16. Outros passivos

a) Composição de outros passivos financeiros

	<u>Jun/2021</u>
Passivo circulante	
Negociação e intermediação de valores	44.093
Total	<u>44.093</u>

b) Composição de outros passivos

	<u>Jun/2021</u>
Passivo circulante	
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	31.574
Impostos e contribuições a recolher	2.850
Provisão para despesas de pessoal	19.629
Outros	2.575
Subtotal	<u>56.628</u>
Passivo não circulante	
Provisão para despesas de pessoal	21.413
Subtotal	<u>21.413</u>
Total	<u>78.041</u>

17. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos contingentes

O Banco e a Corretora não possuem qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b) Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3o.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 21.939. Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza cível e fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 12.814, sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.368 e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 6.484, referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c) Obrigações legais

O processo principal no montante de R\$ 19.155, incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d) Movimentação dos saldos

Provisão para contingências	Jun/2021			Total
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações Legais	
Saldo inicial	1.290	2.887	24.351	28.528
Atualização	45	17	298	360
Total	1.335	2.904	24.649	28.888

Depósitos Judiciais	Jun/2021			
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações Legais	Total
Saldo inicial	54	14.034	25.175	39.263
Constituição	30	-	-	30
Atualização	2	185	304	491
Total – (nota 11a)	86	14.219	25.479	39.784

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subseqüentes.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

No semestre findo em 30 de junho de 2021 não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	Jun/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	133.837	133.837
Adições/(exclusões) temporárias	(63.044)	(63.044)
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	(80.323)	(80.323)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.999)	(4.999)
Outras	22.278	22.278
Adições/(exclusões) permanentes	(85)	(84)
Base tributável	70.708	70.709
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(17.740)	(14.183)
Incentivos fiscais	130	-
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes	(17.610)	(14.183)
Créditos tributários	(1.440)	688
Passivo fiscal diferido	(14.321)	(11.847)
Total	(33.371)	(25.342)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	Saldos em 30/06/2021
Refletido no resultado	102.073	10.933	(11.685)	101.321
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12.818	159	-	12.977
Provisões administrativas	7.634	10.521	(351)	17.804
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	70.442	(1.437)	(355)	68.650
Provisão para risco de crédito – debêntures	201	1	(1)	201
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	10.368	-	(10.368)	-
Ajuste a valor de mercado de TVM	-	157	-	157
Outros	610	1.532	(610)	1.532
Refletido no Patrimônio Líquido	-	1.535	-	1.535
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	-	1.535	-	1.535
Total	102.073	12.468	(11.685)	102.856

Passivo fiscal diferido	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Realização /Reversão	Saldos em 30/06/2021
Refletido no resultado	(9.377)	(26.292)	124	(35.545)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	-	(24.354)	-	(24.354)
Ajuste a valor de mercado TVM classificados como negociação	(124)	-	124	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(9.253)	(153)	-	(9.406)
Marcação a mercado de operações compromissadas	-	(1.785)	-	(1.785)
Refletido no patrimônio líquido	(6.262)	-	6.262	-
Ajuste a valor de mercado TVM classificados como disponíveis para venda	(6.262)	-	6.262	-
Total	(15.639)	(26.292)	6.386	(35.545)

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças Temporárias	Total
1º ano	18.851	18.851
2º ano	16.341	16.341
3º ano	20.590	20.590
4º ano	17.208	17.208
5º ano	16.889	16.889
6º ano ao 10º ano	12.977	12.977
Total	102.856	102.856
Valor Presente ⁽ⁱ⁾	87.273	87.273

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

20. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, que revoga a Resolução CMN 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes

Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)
	Jun/2021	Jun/2021
Disponibilidades	1.088	156
BNS	1.088	156
Carteira de câmbio – posição ativa	469.418	(15.486)
BNS	469.418	(15.486)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	1.640	7.661
BNS	1.392	7.844
Scotiabank Inverlat (México)	-	(216)
Scotiabank Colpatría (Colômbia)	248	33
Obrigações por empréstimos	(3.732.185)	(23.586)
BNS	(3.732.185)	(23.586)
Obrigações por repasses	(991.892)	42.382
BNS	(991.892)	42.382
Carteira de câmbio – posição passiva	(478.581)	7.471
BNS	(478.581)	7.471

b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2021 totalizam R\$ 10.568, sendo formadas por R\$ 5.422, que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 5.146, que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21. Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP.

a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de

2021, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 6.079 e a quantidade total de ações é de 34.208 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,3533 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 2.931.

b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 30 de Junho de 2021, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 7.476 e a quantidade total de ações é de 34.195 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,3533 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 3.206.

22. Benefícios a empregado pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2021, é de R\$ 492.

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Grupo não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

23. Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Grupo adota a apuração dos limites operacionais de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2021, o índice de Basileia do Grupo é de 14,65%, o Patrimônio de Referência de R\$ 1.214.068 e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 662.947. Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização.

24. Outras Informações

a) Operações ativas vinculadas

Em 30 de junho de 2021, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, com um único devedor, demonstradas no quadro a seguir:

	<u>Ativo / (Passivo)</u>	<u>Receitas / (Despesas)</u>
	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2021</u>
Operações de crédito		
NCE – (nota 9a)	991.892	42.382
Obrigações por repasses		
Repasses do exterior - (nota 15)	(991.892)	(42.382)
Resultado líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação.

Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial.

Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

b) Outras receitas/despesas operacionais

Em 30 de junho de 2021, referem-se substancialmente: (i) “Outras receitas operacionais”, a rendas de atualização de depósitos judiciais e impostos, e reversão de provisões operacionais; (ii) “Outras despesas operacionais”, a atualização de impostos e contribuições sobre os lucros, provisão de ajustes prudenciais e provisão passiva de contingências fiscais.

c) Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 e impactos nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia, as nossas atividades estão em plena capacidade operacional e nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Grupo continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades das instituições.

d) Resultado recorrente e não recorrente

	<u>2021</u>
Lucro líquido do semestre	75.124
Resultado não recorrente	
Majoração da alíquota da CSLL no crédito tributário e passivo fiscal diferido	(1.462)
Lucro líquido recorrente	73.662

DIRETORIA

Antonio Pianucci
Izabel Eliza Oliveira Salvucci

Jaques Mester
Paulo André Campos Bernardo

CONTADOR

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6